

# CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Presidente ouviu do PT-MG recusa a aliança com MDB

## Minas Gerais vira desafio para Lula e Flávio Bolsonaro

Minas Gerais virou um problema para os dois principais candidatos à Presidência: o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) não conseguiram definir quem apoiarão para o governo estadual.

Ontem, em reunião com Lula no Palácio da Alvorada, a presidente do PT-MG, deputada Leninha, disse que o partido não aceita ficar com Gabriel Azevedo, pré-candidato do MDB. Ela insistiu que o PT lançará um nome dos próprios quadros para a disputa.

O nome de Azevedo, ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vinha sendo cogitado desde que o senador Rodrigo Pacheco (PSD) anunciou que não seria candidato e irá deixar a vida política. Ele era a principal aposta de Lula.

### Marília do PT

Da reunião com Lula participaram também integrantes da bancada federal mineira e integrantes da executiva nacional do partido.

O nome preferido pelo presidente e pelo partido em Minas é o de Marília Campos, ex-prefeita de Contagem, cidade na região metropolitana de BH.

O problema é que ela insiste em ser candidata ao Senado, eleição que considera mais fácil.

REPRODUÇÃO / FACEBOOK



Ex-prefeita de Contagem quer o Senado

### Insistência petista

Para aumentar suas chances, Marília vinha defendendo o apoio a Azevedo. Agora, terá mais dificuldades para bater pé e garantir o direito de concorrer ao Senado. Advogado e jornalista, o emedebista ficou em quarto lugar quando, em 2024, concorreu à prefeitura de BH. A resistência ao seu nome é baseada na avaliação de que ele tem poucas chances de vencer e acabaria se fortalecendo para disputas futuras. Isso, pelo tempo de TV e pela estrutura do PT.

### Indefinição de Cleitinho

Flávio Bolsonaro também tem dificuldades para ter um horizonte mais claro entre as montanhas mineiras. O candidato favorito da direita, líder das pesquisas, é o senador Cleitinho (Republicanos).

O problema é que ele mantém suspense sobre a possibilidade de entrar na disputa pelo governo: ora sinaliza que sim; ora que não.

### Vice importado

Caso Cleitinho assuma a candidatura, o PL insistirá em indicar o candidato a vice-governador, o favorito é o empresário e ex-prefeito de Betim, Vittorio Mediolli, de 75 anos. Nascido em Parma, na Itália, veio para o Brasil aos 25 anos e se naturalizou em 1981. Ele também é alternativa para ser cabeça de chapa.

### Banco complica PR

A operação da Polícia Federal contra o enroladíssimo Digimais, banco do bispo Edir Macedo, fundador e chefe da Igreja Universal do Reino de Deus, complicou ainda mais a situação do Republicanos em relação à eleição. Nascido de uma costela da Universal, o partido continua muito ligado à igreja.

### Prioridade

O PR vinha tocando pro lado qualquer definição sobre apoio em outubro, mas, agora, a indefinição é maior. A prioridade é salvar o Digimais que, segundo a PF, agia de maneira parecida com o Master ao inflar seus balanços com papéis e imóveis que equivaliam a títulos de propriedade no Céu.

### Impasse paulista

Ou seja: não é improvável a possibilidade de o PR ficar neutro para, assim, não cortar laços com o vencedor. O problema seria o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que é filiado à legenda, explicar que seu partido não apoia a candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto.

### Torcida radical

Pessoas ligadas à pré-campanha de Lula comemoraram muito a possibilidade de a deputada Bia Kicis (PL-DF) ser a candidata a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro — torcem para ela ser escolhida. Isso porque ela daria um tom ainda mais radical à chapa do senador.

### Bola fora

Mas, no Palácio do Planalto, a avaliação é de que Flávio apenas fez um agrado à parlamentar, fiel seguidora do bolsonarismo. Ele, afinal, sabe que essa disputa presidencial, polarizada como as mais recentes, tende a ser decidida por eleitores mais moderados. Bia Kicis passa longe desse tipo de perfil.



Julgamento foi adiado a pedido do Ministério Público do Trabalho

# STF adia julgamento sobre “uberização”

## Governo pressiona Corte por decisão sobre “pejotização” do trabalho

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou novamente o julgamento sobre “uberização”, que discute a existência (ou não) de vínculo empregatício entre os motoristas de aplicativos (sejam motoristas de corrida ou de entregas) e as respectivas empresas. Inicialmente agendado para ser julgado no plenário da Suprema Corte nesta quarta-feira (24), as análises foram adiadas após um pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Defensoria Pública da União (DPU).

Eles destacaram que, recentemente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção nº 193, a primeira norma internacional voltada para as regras de trabalho em plataformas digitais. Diante disso, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, determinou que as partes envolvidas no processo se manifestem sobre a nova convenção da OIT.

Com o julgamento adiado, volta a discussão sobre “pejotização”. Enquanto a uberização trata de motoristas de aplicativos, a pejotização é um termo adotado para ilustrar situações em que um trabalhador é contratado como um microempendedor in-

dividual (MEI), ou seja um prestador de serviços, mas cumpre horários e demandas como se tivesse um vínculo empregatício. Ambas as discussões ainda serão analisadas na Suprema Corte, ainda sem uma data agendada.

### MEIS

E apesar do tema da pejotização ainda estar em discussão no Supremo, o governo tem cobrado que o STF acelere a discussão. Nesta quarta-feira, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, declarou que o STF tem a responsabilidade de impedir o uso indevido do registro de MEIs como forma de substituir contratos formais de trabalho.

Mas enquanto o STF ainda não define uma tese do tema, as regras sobre MEIs podem mudar. Após finalizar o texto, o governo federal se comprometeu a entregar nesta semana o projeto de lei que aumenta limite de faturamento dos microempreendedores individuais no Congresso Nacional. Atualmente, o valor é fixado em R\$ 81 mil anual. Além disso, o PL ainda prevê aumentar para que até duas pessoas possam ser contratadas por um MEI em contrato de carteira assinada. Atualmente o limite é de somente uma pessoa.